

PRINCÍPIOS E EIXOS ESTRATÉGICOS

Diagnóstico do município de Fortaleza 2020

1. Entender os desafios urbanos a partir do contexto de crise e da pandemia

A sociedade brasileira se encontra fraturada e terá um longo caminho para superar a crise acentuada pela pandemia do covid-19. A crise sanitária encontrou o país em um momento de fragilidade. A economia vinha dando sinais recessão e o alastramento da doença diante da política genocida do governo federal escancarou a brutal desigualdade social em nossas cidades, pondo em pauta o papel do Estado na condução das políticas sociais.

Entendemos que as desigualdades e iniquidades sociais expostas pelo covid-19 exigirão o estabelecimento das bases de uma economia social inclusiva e solidária no espaço urbano. A cidade deve ser o espaço da liberdade e da solidariedade social. Neste sentido, Fortaleza tem uma rica tradição que o Partido dos Trabalhadores quer resgatar e ampliar.

Para isso, temos que combater o desemprego massivo, a falência das pequenas e médias empresas, a precarização dos trabalhadores e reduzir a insegurança social das populações periféricas. Inovação e compromisso social é o que propomos para a superação desse tempo sombrio.

2. Por uma forma de gestão inovadora que se aproxime do cidadão

Nosso compromisso está exposto nesse programa de governo, construído a muitas mãos, de forma participativa. Sua essência está explicitada em 3 eixos ou macro objetivos de gestão:

1. Proteção e promoção social;
2. Plano municipal de reconstrução econômica e recuperação dos empregos;
3. Gestão inovadora e promotora de novas tecnologias sociais.

Para materializar a proposta, trabalhamos com uma visão inovadora que integra todas as ações e políticas públicas em grandes eixos de gestão. Otimizando os recursos públicos, evitando a sobreposição de ações, gerando transparência e participação, conectando as pessoas por meio de novas plataformas tecnológicas, desburocratizando e simplificando o acesso das pessoas aos serviços públicos municipais de qualidade.

As ações complementares para cada eixo devem emanar de um banco de soluções que irão formatar programas estruturantes, combinadas às ações de várias secretarias de governo. Nos projetos que compõem cada ação estruturante serão expostos os detalhes objetivos – recursos, prazos, técnicas, responsabilidades e metas – de forma transparente para toda a sociedade, estimulando o engajamento e o compromisso dos atores sociais envolvidos.

Reconhecendo que existem contradições inescapáveis entre esses atores urbano, compreende-se que a solução democrática dos conflitos é a forma mais avançada para tratá-los.

3. A importância da infraestrutura ecológica

O diagnóstico da infraestrutura ecológica de Fortaleza é fundamental, principalmente diante dos desafios urbanos ligados à questão ambiental e à necessidade de investir em tecnologias sustentáveis e inovadoras. A pandemia mostrou que o atual modelo de desenvolvimento urbano tem que mudar. Deve-se promover a qualidade de vida da sociedade por meio de políticas ambientais sustentáveis. O modo como nos colocamos no espaço, nos relacionamos, nos locomovemos e consumimos deve ser repensado na direção de uma vida melhor e mais saudável.

Muitos dos atuais problemas urbanos decorrem das políticas de descaso com a qualidade dos serviços ambientais e seus efeitos sobre a sociedade. Os custos elevados em saúde, segurança, saneamento e mobilidade mostram que devemos nos reinventar para superar a atual crise.

O ponto de partida para colocar a infraestrutura ecológica e os serviços ambientais na base do planejamento urbano é priorizar o papel de nossas bacias hidrográficas, posto que exercem papel decisivo no processo de urbanização relacionado à evolução da drenagem natural e condições de ocupação.

Além disso, essas bacias se relacionam com outros elementos morfológicos que explicam a rede de drenagem de fluxo lento, a inexistência de

vales: a conhecida característica planiforme do município. Fortaleza é drenada por quatro bacias hidrográficas principais: a Bacia Vertente Marítima; a Bacia do Cocó; a Bacia do Maranguapinho; e a Bacia Pacoti. Em particular, ressaltam-se as bacias dos rios Maranguapinho e Cocó por combinar condições hídricas e abranger territórios de sobrevivência de populações de baixa renda dentro da cidade.

Entre os principais desafios ambientais da cidade está o enfrentamento das questões socioambientais em dois *fronts* com características distintas quanto às condições socioeconômicas, à dinâmica urbana e à tendência de expansão. Um ocidental, marcado pela precariedade nas condições de vida das populações residentes - entre rios Maranguapinho e Ceará. Outro, na banda oriental da cidade, marcado pela expansão do mercado imobiliário de alta renda e carência de saneamento ambiental – entre os rios Cocó e Pacoti.

Para vencer os desafios ambientais, é necessária a convergência de controle urbano, tecnologias inovadoras e compromisso social com a qualidade de vida de todos e todas.

3.1. Setor ocidental: bacia dos rios Ceará e Maranguapinho

No Rio Ceará, existe a Área de Proteção Ambiental do Estuário (APA), que, de certo modo, protegeu e recuperou parte do mangue destruído. O Rio Maranguapinho com uma extensão de 34km é o maior afluente do Rio Ceará e tem maior parte do seu leito dentro da cidade de Fortaleza. Essa bacia percorre áreas urbanas densas com população de baixa renda nas regionais V, III e I, sendo o problema das inundações sazonais uma recorrência que exige ações

simultâneas em diferentes níveis: drenagem, habitação, planejamento urbano, educação ambiental, emprego e renda, saúde e defesa civil.

As formas de uso e de ocupação pelas quais vem passando as margens dos rios, como edificação de grandes empreendimentos comerciais e residenciais, bem como habitações precárias, representam risco à vida e saúde da população residente pelo alto grau de ocupação e uso do solo urbano, além da dificuldade de acesso aos serviços públicos básicos. As razões para isso são as distribuições desiguais de renda, os aglomerados populacionais em áreas não apropriadas para habitação, descaso do poder público, acumulação capitalista selvagem e concentrada.

Na capital existem aproximadamente 94 áreas de risco ocupadas por cerca de 20.000 famílias sendo agravadas pela chegada anual de famílias que migram para Fortaleza em busca de melhores condições de vida. Estes são reflexos de uma cidade que incorporou novas áreas ao seu tecido urbano de forma especulativa e improvisada, degradando reservas ambientais, sob intensa especulação imobiliária.

3.2. Setor oriental: bacias dos rios Cocó e Pacoti

Em Fortaleza, a dinâmica urbana tem transformado as áreas adjacentes à bacia do Cocó nas principais áreas de conflito ambiental entre os produtores do espaço urbano. Embora no mangue as matas sejam protegidas por lei, elas foram praticamente retiradas e apenas uma porção do Rio Cocó é que mantém uma área verde preservada na cidade. Mesmo essas áreas protegidas são continuamente violadas, como acontece nas proximidades do shopping

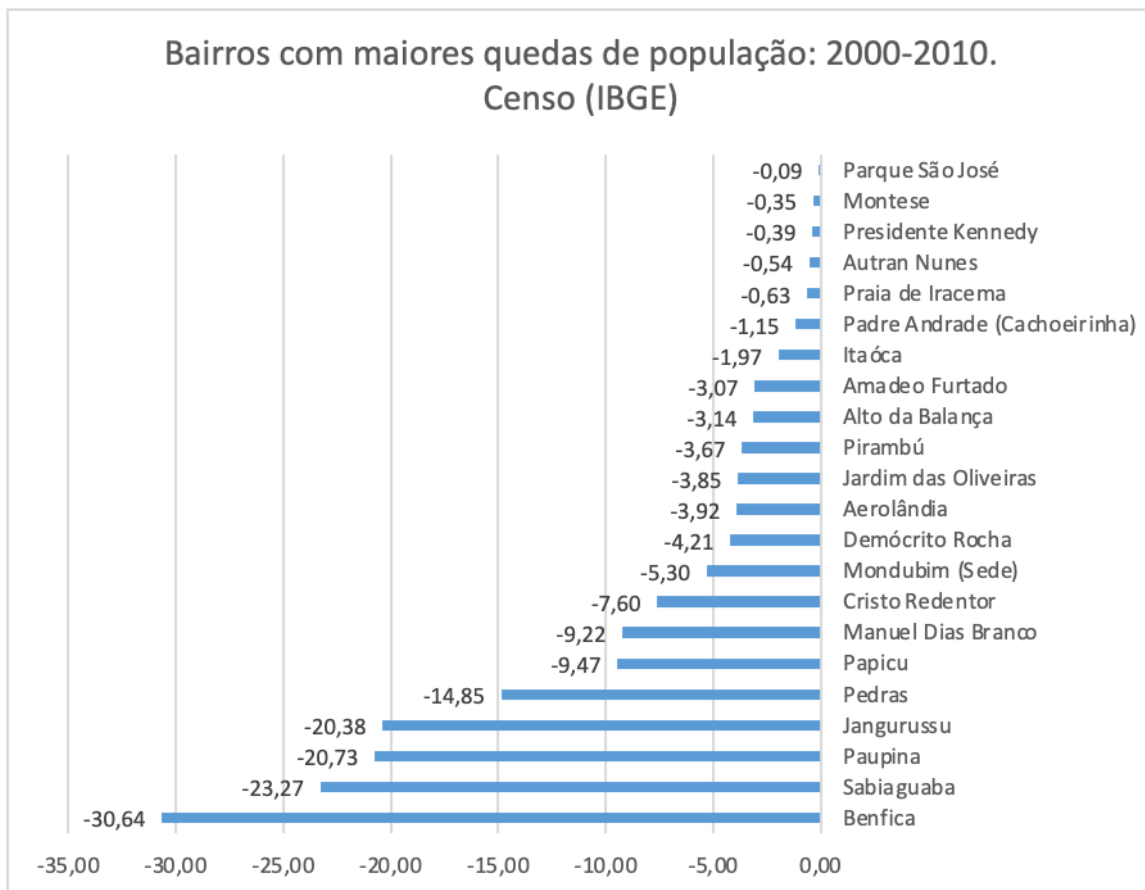
Iguatemi e no baixo curso do Rio Cocó, com fortes impactos no ecossistema de manguezais. Apesar da criação da APA e do Parque da Sabiaguaba, há fortes pressões sobre os ecossistemas de mangues e dunas diante das tendências de expansão turística e do interesse do mercado imobiliário nas áreas litorâneas e nas “franjas verdes” entre as bacias do Cocó e do Pacoti. Nesse *front*, a preservação e uso sustentável dos ativos ambientais está na ordem do dia para a governança municipal.

4. Tendências populacionais: envelhecimento e decréscimo populacional

De 1991 a 2010 os censos demográficos do IBGE captaram uma urbanização crescente no Estado do Ceará, com taxas expressivas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Porém, Fortaleza apresentou redução do ritmo de crescimento populacional, passando por rápida transição demográfica¹, com a ampliação da longevidade da população e a passagem de uma sociedade jovem para uma envelhecida. Essa nova condição ficou explícita durante a pandemia do covid-19, exposto pelo elevado número de óbitos entre pessoas idosas em Fortaleza: um desafio não apenas à saúde, mas também às políticas de acessibilidade, moradia, mobilidade e assistência social.

Na estrutura interna da cidade de Fortaleza, quase a metade dos bairros experimentou decréscimo populacional. Entre 2000 e 2010, foram 22 bairros com taxas negativas:

¹ Em decorrência, tanto do menor número de crianças, em função da redução da fecundidade das mulheres em idade reprodutiva, quanto pela elevação da expectativa de vida das faixas etárias mais avançadas.



Entre os que apresentaram maiores quedas estão: Benfica, Sabiaguaba, Paupina, Jagurussu, Pedras, Papicu, Manoel Dias Branco, Cristo Redentor e Mondubim. O bairros de ocupação mais antiga, próximos ao centro, ou que se apresentam como potencial de expansão do corredor turístico da beira-mar (Praia de Iracema) seguindo para Oeste da cidade, com relativa infraestrutura urbana, são ocupados por estratos de baixa renda - e também de média -, porém com tendência a mudanças de usos ou de valorização comercial e de serviços.

Granja Portugal, Conjunto Ceará I, Jardim Iracema, Álvaro Weyne, Bom Futuro, João XXIII, Parque São José, Jardim Guanabara, Vila Ellery e Demócrito Rocha são outros bairros com numerosa população de baixa renda, onde a excessiva aglomeração, a infraestrutura congestionada e a violência

urbana não atrai a classe média. Por outro lado, Sabiaguaba, Paupina e Pedras são bairros que experimentam decréscimos populacionais, mas com condições de baixa densidade populacional, associadas às grandes extensões de áreas desocupadas e sem infraestrutura.

4.1. Envelhecimento: um desafio da cidadania

O envelhecimento total, atinge maiores índices nos seguintes bairros: José Bonifácio, Parque Araxá, Centro, Parquelândia, Bom Futuro, Benfica, Joaquim Távora, Amadeu Furtado, Dionísio Torres, Praia de Iracema, Meireles, Farias Brito, Aldeota, Fátima e Monte Castelo. Ressalte-se que, todos são bairros de ocupação antiga cujos usos foram modificados, mas que conservaram a função residencial, ao menos parcialmente, em casas ou apartamentos. O índice de envelhecimento se concentra nos bairros ao redor do centro histórico de Fortaleza ou, no seu contorno, mais para Oeste, do que para Leste da cidade.

Os bairros com centralidades mais recentes ou periféricos, ao contrário, caracterizam-se por terem população mais jovem. Em alguns conjuntos habitacionais de construção antiga, há população envelhecida, convivendo em famílias multigeracionais, fenômeno típico de aglomerados familiares de baixa renda. Em Fortaleza, existem diferentes estilos de vida dos idosos, levando-se em certas informações: renda do chefe da família; percentagem de casas com saneamento; nível educacional; habitação (número de cômodos do domicílio) e proporção de pessoas com 60 anos ou mais. Os idosos pertencem a famílias multigeracionais, sobretudo nas áreas com acentuadas desigualdades

socioeconômicas. E, poucos idosos vivem somente com o cônjuge ou, totalmente sozinhos, situação familiar diferente da registrada em metrópoles nacionais. Semelhante a outras áreas analisadas, a desigualdade marca a vida dos diferentes grupos de idosos. Para uns, a velhice é amparada em boas condições sócio econômicas, mas para a maioria a velhice é acompanhada por carências ampliadas.

4.2. Adensamento e condições socioeconômicas

A alta densidade populacional nem sempre é expressão de problema urbano, pelo contrário. O adensamento deveria, em tese, facilitar o acesso e serviços urbanos por menor custo. O problema é a elevada densidade em determinados bairros que apresentam grandes carências sociais. Conforme as condições de renda, os habitantes selecionam bairros, ruas, avenidas e lugares, avaliando as condições de infraestrutura, a centralidade, a acessibilidade e a circulação em cada espaço da cidade.

Locais próximos ou de fácil acesso a terminais rodoviários e metrô permitem alta mobilidade urbana nos deslocamentos residência-trabalho, residência-lazer e residência-escola/posto de saúde. Por outro lado, tais locais estratégicos são custosos e nem sempre a melhor localização da residência é compatível ao poder aquisitivo da maioria dos cidadãos e chefes de família. A condição da propriedade ou apropriação da moradia interfere na localização residencial.

Para fugir do aluguel, as pessoas sujeitam-se a grandes distâncias e a lugares sem infraestrutura urbana mínima. Um exemplo de área de alta

densidade populacional com grandes carências é a faixa de bairros litorâneos à oeste da capital que compõem o Grande Pirambu. Os desafios nessas áreas é melhorar as condições urbanas e sociais da população, como foi o caso do Projeto Vila do Mar, que requalificou as condições de moradia e de infraestrutura urbanística de vários bairros populares densos.

5. Trabalho, desigualdade de renda e pobreza

As desigualdades geográficas das oportunidades de trabalho e ocupação são visualizadas pelas diferenças entre os bairros. Como se viu na pandemia de covid-19, a informalidade é a expressão dos trabalhadores da periferia e, muito raramente, ocorre em residentes de bairros considerados centrais. Ao contrário, nos bairros com maior incidência de atividades capitalistas, o emprego formal se sobressai entre os residentes. Apenas poucos bairros periféricos possuem alto índice de moradores com ocupação formal.

5.1 Trabalho formal e informal: desigualdades espaciais de renda

Milton Santos considerava que as cidades do 3º. Mundo são produto de um desenvolvimento tardio e “não clássico”, com características peculiares, como a formação de dois circuitos interligados: o circuito inferior da economia urbana associado à economia da pobreza e da periferia; e o circuito superior da economia urbana ligado a dinâmica capitalista das áreas centrais e

privilegiadas. Em Fortaleza, esses circuitos são bem configurados para os tipos de emprego entre os bairros centrais e periféricos.

Em meados de 2006, a maior incidência de residentes com emprego informal variava de 70,21% a 82,46% dos trabalhadores. Maioria das ocorrências estava nos bairros de Padre Andrade, Cidade 2000, Praia do Futuro, Guararapes, Sabiaguaba, Sapiranga/Coité, Parque Santa Rosa, Cajazeiras, Barroso, Maraponga, Parque Presidente Vargas, Dendê, Fátima, São José, Pan-americano, Parque Iracema, Edson Queiroz. Destacam-se contradições nessa distribuição do emprego informal que ocorre em determinados bairros, como no caso do bairro de Fátima, considerado de classe média, mas nos últimos anos vem se transformando em área de empresas comerciais e de serviços, em cujas ruas secundárias ocultam vilas e favelas de populações de baixa renda.

A ocupação formal destacava-se com percentuais entre 60,00% a 66,67%, nos bairros de Bom Futuro, Farias Brito, Cristo Redentor, Demócrito Rocha, Benfica, Jôquei Clube, Vila Peri, Jacarecanga, Conjunto Ceará II, Vila Ellery. Entre esses bairros com índices elevados de formalidade, o caso do Conjunto Ceará II destaca-se por apresentar considerável estrutura urbana de serviços e numerosa população que se desloca, diariamente, em movimentos pendulares para diversos quadrantes da cidade, por necessitarem de trabalho.

5.2 O desafio da desigualdade de renda e da pobreza urbana

A redução das desigualdades e da pobreza estão entre os maiores desafios estratégicos a serem enfrentado pela cidade de Fortaleza. A sua

superação é condição fundamental para o exercício da cidadania e do direito à cidade. Diante do processo de desigualdade que a economia de mercado produz, é necessário realizar políticas públicas que reduzam esse abismo social. Hoje a diferença de renda entre bairros ricos e pobres de Fortaleza é de 15 vezes. Os 10 bairros mais ricos de Fortaleza estão na Secretaria Regional II. Meireles é o bairro onde os moradores têm a maior renda pessoal.

A renda das pessoas moradoras do bairro mais rico da capital, o Meireles, é 15,3 (R\$ 3.659,54) superior aos das residentes no bairro mais pobre, o Conjunto Palmeiras (R\$ 239,25). Apenas 7% da população de Fortaleza vive nos 10 bairros mais ricos e que os 44 bairros de menor renda concentram 49% da população da capital cearense. Isso indica uma forte concentração espacial da renda média pessoal em Fortaleza.

Os bairros mais ricos, com renda média entre R\$ 2.000,01 e R\$ 3.659,54, estão concentrados em uma única Secretaria Executiva regional da Capital. Entre os dez mais ricos, nove estão localizados na SER II: Meireles, Guararapes, Cocó, De Lourdes, Aldeota, Mucuripe, Dionísio Torres, Varjota e Praia de Iracema. Na décima posição está o bairro de Fátima, que pertence a SER IV.

Conjunto Palmeiras, Parque Presidente Vargas, Canindezinho, Siqueira, Genibau, Granja Portugal, Pirambú, Granja Lisboa, Autran Nunes e Bom Jardim são os bairros onde vive a população com menor poder aquisitivo. Entre os bairros mais pobres, seis estão localizados na SER V, a regional administrativa com menor renda média pessoal. Na SER VI estão localizados um pequeno núcleo de bairros com renda pessoal acima de dois salários mínimos. Os bairros Parque Manibura, Cidade dos Funcionários, Parque Iracema, Cambeba e José de Alencar possuem

uma média de renda pessoal que é 2,6 vezes maior do que a média de renda pessoal dos demais bairros que compõem essa regional.

A SER VI é apenas a terceira em termos de renda média pessoal, mas como ela é maior regional administrativa de Fortaleza, englobando 29 bairros e onde vivem a 22% da população total, existe grande desigualdade espacial de renda dentro desta mesma regional administrativa.

As desigualdades de renda entre as pessoas dizem muito das desigualdades espaciais de uma cidade e dos seus problemas urbanos. Escreveu o arquiteto Romeu Duarte em 2013, no jornal O Povo, destacando que Fortaleza era a “quinta cidade mais desigual do mundo, atrás apenas de Buffalo City, Johannesburg e Ekurhuleni, estas situadas na África do Sul, e Goiânia, com aproximadamente um terço de sua população composta por favelados. Cerca de 7% de seus moradores com maior nível de renda apropria-se de 26% de sua renda pessoal total. Claro, essa não é nem de longe a minha turma”.

A incapacidade de lidar com os reais problemas de uma cidade desigual se transfere ainda para modelos de planejamento que parecem desprezar a vida humana. E como tem sido desprezada a vida humana nos tempos atuais! Os mais de 130 mil que pereceram por causa do covid-19 – tratado como hóspede “inesperado” e subestimado - também são desprezados e tratados como meros efeitos colaterais da pandemia. Sim, a vida humana às vezes é vista através da lente fria da estatística. É transformada em irrelevante por governantes que se consideram mitos indestrutíveis. Não parece haver lugar para o homem de tempo lento: aquele homem comum que faz a vida urbana acontecer. Como sabia bem Milton Santos, a cidade, a vida real da cidade, passa por esses homens. É essa multidão de homens e mulheres comuns que fazem a vida urbana acontecer com

sua criatividade e trabalho, mesmo em meio a toda adversidade e desigualdade de condição. É para essa multidão de pessoas que se dirige nossa mensagem de esperança no futuro de Fortaleza.

PRINCÍPIOS

- Universalização, Humanização e Direito à Saúde
- Reconstrução da Economia e Recuperação dos Empregos
- Planejamento Democrático, Participação e Transparência
- Investimentos Públicos e Inclusão Social
- Direitos Humanos e Direito a Cidade
- Educação e Desenvolvimento
- Sustentabilidade Econômica, Urbana e Ambiental

EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO 1: Direitos Humanos para Todos e Todas
--

1.1 Universalização e Humanização na Saúde. Universalização e humanização são fundamentais diante de uma pandemia onde as classes mais vulneráveis economicamente são as principais vítimas. Nos momentos de crise sanitária entendemos a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) e, em especial, do Programa de Saúde da Família (PSF), que busca a saúde preventiva como superação da curativa. SUS fortalecido e Estado Social atuante protege os mais pobres e resgata princípios constitucionais. Assim, a atenção primária, secundária e terciária à saúde é crucial para

mais de 70% da população de Fortaleza e se constitui num direito que precisa ser permanentemente qualificado e humanizado.

1.2 Educação e Desenvolvimento. Educação e desenvolvimento como foco da política pública para o setor. Sem educação não alcançaremos o desenvolvimento. Qualidade do ensino e a transformação permanente dos indicadores educacionais serão as metas perseguidas. A preservação do instrumento de financiamento da educação, o FUNDEB, foi crucial na luta pela melhora da estrutura física das escolas, com espaços de lazer, bibliotecas e salas de informática, por uma melhor alimentação escolar, transporte escolar com segurança, fardamento completo e atenção integral às crianças em atendimento nas creches. Estabeleceremos como meta de governo a universalização das creches. A valorização do magistério e a formação permanente das professoras e professores aumenta a qualidade do ensino e possibilita ações de contra turno e educação em tempo integral. A educação é a referência para o desenvolvimento e a escola é a referência para a comunidade.

1.3 Moradia Popular. Moradia popular e redução do déficit habitacional, bem como a redução e/ou eliminação das áreas de risco são direitos constitucionais que precisam ser recuperados, especialmente para a população carente que vive em habitações subnormais e sem condições de moradia. Habitação precária, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo são características do déficit habitacional e do não direito à cidade. A inversão dessa política requer esforços em

conjunto dos três governos direcionados à população mais carente e integrados com saneamento e equipamentos públicos. Moradia digna é um direito fundamental e a propriedade tem que cumprir sua função social de acordo com a Lei do Estatuto das Cidades e com as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) previstas no Plano Diretor.

1.4 Cultura e a Economia Criativa. A economia criativa fruto da dinâmica cultural é um importante vetor de desenvolvimento local especialmente se integrada a outras políticas como o turismo. A cultura popular e as manifestações do povo devem ser preservadas como forma de construção da identidade de uma comunidade ou de um município. O resgate do pertencimento também alcança o patrimônio histórico e cultural que deve ser expressado como memória e organização social dos antepassados. A democratização da cultura se reveste na possibilidade de ampliação de apresentações, multiplicidade de oportunidades aos artistas e permite ao público presenciar a diversificação cultural. Os vários olhares da cultura devem ter apoio e patrocínio da política pública de forma democrática e participativa garantindo acesso às diversas linguagens, valorizando as tradições e manifestações históricas e aquecendo a economia criativa. A cultura nos permite exercitar a vida urbana e o direito à cidade de forma mais saudável e significativa.

1.5 Juventude, Protagonismo e Inclusão. O jovem de Fortaleza é a maior vítima da desigualdade e da violência urbana. A política pública voltada para a juventude tem que ser específica, atraente, inclusiva e que permita

um maior protagonismo juvenil, onde o jovem possa se identificar e compreender a pluralidade de ações em torno da juventude. O dilema entre o estudo e o trabalho deve ser superado com outras formas de ocupação em tempo parcial, desafio que depende da intersetorialidade das políticas, da cooperação econômica, da política de crédito subsidiado para a juventude e do desenvolvimento econômico.

1.6 Mulheres, Empoderamento e Equidade de Gênero. A condição da mulher na sociedade do “branco, adulto, macho, sempre no comando” (Caetano Veloso, O Estrangeiro, 1989) depende da construção coletiva e permanente da equidade de gênero que, por sua vez, terá reflexos positivos no enfrentamento à violência contra a mulher. O exercício dos direitos das mulheres requer maior empoderamento e políticas públicas que reafirmem a posição da mulher na sociedade e preservem a igualdade e a integridade física e psíquica das vítimas. O poder público é um importante instrumento para as mulheres se emanciparem e se empoderarem na organização produtiva, na participação, no protagonismo de políticas, na arte, na ciência, na educação e na saúde.

1.7 Segmentos Sociais Vulneráveis e a Luta contra o Preconceito. Esses segmentos ainda são obrigados a conviver com a discriminação racial e sexual e até mesmo o ódio de classe, violência, desrespeito, abusos, maus-tratos, trabalho infantil, falta de acessibilidade e exploração econômica. A promoção dos direitos dos jovens, mulheres, pessoa com deficiência, crianças e adolescentes, idosos, negros e LGBT's precisa ser reafirmada a

partir de um conjunto de políticas públicas baseadas no respeito às diferenças e às singularidades, condição fundamental de construção da cidadania. A intersetorialidade das políticas públicas é condição “*sine qua non*” para a superação da discriminação, crucial na luta contra o preconceito e importante para o empoderamento desses segmentos.

1.8 Segurança Pública e Cidadania. O papel da cidade de Fortaleza na questão da segurança urbana é complementar, mas pode ser muito importante no diagnóstico e na observação de experiências exitosas de outros municípios brasileiros. Observação de territórios mais vulneráveis a violência, criação de programas integradas nesses territórios, criação de fóruns comunitários para debater causas, problemas e soluções, especialmente nos bairros com maiores índices de violência, uso inteligente dados obtidos através da tecnologia, abertura de escolas municipais nos fins de semana para atividades familiares e recreativas, elaboração de um plano municipal de segurança, participação do município no Comitê Estadual de Segurança, Programa Ronda Escolar, Programa de Patrulhamento Guardiã Maria da Penha, Programa Mulheres da Paz, Programa Municipal de Segurança e Cidadania todas essas ações são fundamentais se tomadas de forma integradas, como ação de governo, e em conjunto com outras instituições de segurança. A observação comunitária e a mediação dos conflitos também são capazes de reduzir a insegurança pública e promover modos pacíficos de convivência e a Fortaleza da paz.

EIXO 2: Reconstrução da Economia, Recuperação de Empregos e Redução da Vulnerabilidade Social

2.1 Reconstrução da Economia e Recuperação de Empregos. Se constitui no principal desafio dos governos estaduais e municipais, diante da inércia do governo federal. O decréscimo registrado no mundo inteiro de abril/junho de 2020 foi inédito e requer esforços no sentido de recuperar a renda e o emprego. Políticas de transferências de renda e equacionamento de problemas históricos, como as reformas necessárias e justas, estão no foco da discussão que certamente passará pela questão da distribuição de renda. E Fortaleza ainda é a capital mais desigual do país. O papel dos municípios é complementar nesse processo, mas pode ser muito importante redirecionando investimentos, facilitando o crédito a micros e pequenos, dinamizando setores sociais, incrementando rendas sociais, moedas sociais, atividades cooperativas, incentivando a economia real com foco nas novas formas de emprego e renda e aproveitando a vocação da cidade para a economia da cultura, turismo, serviços e comércio.

2.2 Desenvolvimento Econômico. O desenvolvimento da cidade deve ter como metas prioritárias o equilíbrio socioambiental e econômico, a inclusão social e a garantia dos direitos sociais. A perspectiva de desenvolvimento econômico tem que ter os olhos voltados para um futuro com distribuição da riqueza, melhores condições de trabalho e preservação dos recursos naturais. O desenvolvimento da cidade com qualidade de vida, obras de infraestrutura sem agressão à natureza e obras de saneamento como

política de saúde são diretrizes estratégicas que nortearão nosso governo. Investimentos públicos devem focar nas áreas mais necessitadas e requerem maior atenção seja na saúde, segurança, cultura, esporte e política para a juventude, buscando formas solidárias de empreendimentos, desenvolvimento local, inclusão social e desconcentração de renda.

2.3 Sustentabilidade Urbana e Ambiental. Essa diretriz deve garantir os princípios básicos do Plano Diretor Participativo de preservação de parques, áreas de proteção, lagoas, praças, qualidade do ar e direito ao silêncio. Dentro do espírito da participação e da transparência é necessário rever a lei de uso e ocupação do solo urbano, modificando a forma de ocupação da cidade, reduzindo a especulação estéril, otimizando espaços privados, inclusive para habitação popular e lazer, valorizando e redescobrimo novos espaços públicos e preservando o patrimônio histórico e cultural. Além disso, o papel de fiscalização e a educação ambiental são fundamentais para a conscientização da população e reforça os instrumentos de controle da gestão urbana e ambiental da cidade.

2.4 Redução da Vulnerabilidade Social. Fortaleza é umas cidades mais desiguais do país, registrando famílias vivendo em condição de extrema pobreza acima da média nacional e regional. Uma Fortaleza sem miséria é possível. Políticas públicas que combatam a desigualdade, redistribua a riqueza, gere formas de renda e emprego solidárias são importantes para a redução da vulnerabilidade e a inclusão social, associadas também à

transferência de renda e assistência social.

EIXO 3: Planejamento e Gestão Democrática com Participação e Transparência

3.1 Democracia e Participação Social. Democracia e Participação Social são diretrizes que estão no DNA do Partido dos Trabalhadores como experiência bem-sucedida de planejar com a população. Isto requer participação efetiva da população, educação fiscal e responsabilidade social ao designar recursos públicos para determinadas obras e serviços cruciais para a cidade. O empoderamento popular acaba com o fisiologismo e a transparência e o controle social das despesas públicas combatem a corrupção.

3.2 Conselhos Municipais e Orçamento Participativo são instrumentos eficazes de controle social e transparência pública. A formação de Conselhos Municipais e a realização de Conferências de Políticas Públicas na urbe empodera a população e pode transformar a cultura política tradicional inclusive invertendo prioridades do capital. A construção da conscientização coletiva pode também promover inclusão, reduzir a vulnerabilidade, estimular a participação, melhorar a gestão e se materializar na peça orçamentária como a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

3.3 Integração das Políticas Públicas nas diversas áreas de atuação como

saúde, educação, infraestrutura, cultura, meio ambiente, esportes e outras. Ações coordenadas dentro de um projeto previamente definido encurta caminhos, otimiza o orçamento e melhora o desempenho do governo em busca de oferecer melhores serviços à sociedade e uma melhor qualidade de vida. A intersetorialidade garante o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade ambiental, o direito à cidade, à educação e à saúde seja por meio do planejamento, seja dos investimentos públicos voltados para a inclusão socioeconômica, reduzindo desigualdades e gerando oportunidades para todos e todas. A integração também inclui a formação de consórcios com objetivos comuns entre os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

3.4 Serviço Público: atendimento moderno, rápido e eficiente para a população. O tratamento didático da informação ao cidadão é fundamental para o acompanhamento, controle e fiscalização das receitas e despesas públicas. A redução no tempo de espera por uma informação ou protocolo é crucial para a credibilidade da gestão junto à população. A atualização tecnológica da máquina pública promove melhores serviços. A composição de banco de dados e estatísticas nas diversas áreas auxilia na tomada de decisão e são fundamentais para diagnósticos de políticas e ações. A valorização do servidor público no cumprimento dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários proporciona o desenvolvimento de uma carreira profissional e estimula a qualificação, tendo sempre como resultado melhora dos serviços prestados à população. A integração dos vários órgãos da administração pública racionaliza a despesa, elimina

desperdícios, melhora o funcionamento da máquina pública e gera um atendimento qualificado à população da cidade.